

GEO FRONTER

ISSN: 2447-9195

PODE O MODELO CHINÊS DE COMBATE À FOME AJUDAR A SOLUCIONAR AS DESIGUALDADES DO MATOPIBA?

Can the Chinese model for combating hunger help to resolve inequalities in Matopiba?

¿ Puede el modelo chino de lucha contra el hambre ayudar a resolver las desigualdades del Matopiba

Carlos Dias Chaym

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Resumo: O Matopiba, acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, consolidou-se nas últimas décadas como a principal fronteira agrícola do Brasil, apresentando expressivo crescimento da produção agropecuária (sobretudo a soja) e forte inserção nas cadeias globais de *commodities*. Paradoxalmente, esse dinamismo econômico tem sido acompanhado pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, concentração fundiária, conflitos territoriais e degradação ambiental, revelando a incapacidade do crescimento agrícola, por si só, de promover melhorias generalizadas nas condições de vida da população local. Partindo da compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional e socialmente produzido, este artigo analisa criticamente o modelo de desenvolvimento do Matopiba à luz da experiência chinesa de combate à pobreza, estruturada a partir dos Planos Quinquenais. Argumenta-se que o êxito chinês decorre da combinação entre planejamento estatal de longo prazo, políticas públicas dirigidas, descentralização da execução e foco na construção de capacidades produtivas, elementos esses que foi possível a partir das decisões políticas ocorridas na chamada Revolução de 1949. Com base nessa comparação, o estudo propõe diretrizes para políticas públicas voltadas à redução das desigualdades no Matopiba, buscando articular crescimento econômico, inclusão social e desenvolvimento territorial. Conclui-se que a adaptação de elementos do modelo chinês, respeitadas as especificidades brasileiras, pode contribuir para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo na região.

Palavras-chave: Matopiba; Desigualdades regionais; Combate à pobreza; Políticas públicas dirigidas; Planos Quinquenais chineses.

Abstract: The Matopiba region – an acronym formed by the states of Maranhão, Tocantins, Piauí, and Bahia – has consolidated itself in recent decades as Brazil’s main agricultural frontier, displaying significant growth in agribusiness production and strong integration into global commodity chains. Paradoxically, this economic dynamism has been accompanied by deepening socioeconomic inequalities, land concentration, territorial conflicts, and environmental degradation, revealing the limits of agricultural expansion as a mechanism for inclusive development. Grounded in a multidimensional understanding of poverty as a socially produced phenomenon, this article critically examines the development model of the Matopiba in light of China’s experience in poverty alleviation, structured around its Five-Year Plans. The Chinese case demonstrates that successful poverty reduction results from the combination of long-term state planning, targeted public policies,

decentralized implementation, and an emphasis on building productive capacities, elements made possible by the political decisions undertaken in the so-called 1949 Revolution. Based on this comparative analysis, the study proposes policy guidelines aimed at reducing inequalities in the Matopiba by linking economic growth with social inclusion and territorial development. The article concludes that adapting elements of the Chinese model—while respecting Brazil's institutional and regional specificities—may contribute to a more inclusive development trajectory in the region.

Keywords: Matopiba; Regional inequalities; Poverty alleviation; Targeted public policies; Chinese Five-Year Plans.

Resumen: Matopiba, acrónimo de los estados de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía, se ha consolidado en las últimas décadas como la principal frontera agrícola de Brasil, con un crecimiento expresivo de la producción agropecuaria (sobre todo de soja) y una fuerte inserción en las cadenas globales de commodities. Paradójicamente, este dinamismo económico ha ido acompañado de un aumento de las desigualdades socioeconómicas, la concentración de la propiedad de la tierra, los conflictos territoriales y la degradación medioambiental, lo que pone de manifiesto la incapacidad del crecimiento agrícola, por sí solo, para promover mejoras generalizadas en las condiciones de vida de la población local. Partiendo de la comprensión de la pobreza como un fenómeno multidimensional y socialmente producido, este artículo analiza críticamente el modelo de desarrollo de Matopiba a la luz de la experiencia china en la lucha contra la pobreza, estructurada a partir de los Planes Quinquenales. Se argumenta que el éxito chino se debe a la combinación de una planificación estatal a largo plazo, políticas públicas dirigidas, descentralización de la ejecución y enfoque en la construcción de capacidades productivas, elementos que fueron posibles a partir de las decisiones políticas tomadas en la llamada Revolución de 1949. Basándose en esta comparación, el estudio propone directrices para políticas públicas orientadas a reducir las desigualdades en Matopiba, buscando articular el crecimiento económico, la inclusión social y el desarrollo territorial. Se concluye que la adaptación de elementos del modelo chino, respetando las especificidades brasileñas, puede contribuir a la construcción de un desarrollo más inclusivo en la región.

Palabras clave: Matopiba; Desigualdades regionales; Combate a la pobreza; Políticas públicas dirigidas; Planes Quinquenales chinos.

Introdução

A região conhecida como Matopiba (acrônimo das iniciais dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), localizada no Nordeste e em parte da região Norte, tem sido apontada como a nova fronteira agrícola do Brasil. Composto por 337 municípios em uma área aproximada de 73 milhões de hectares, a região é propícia para o cultivo de grãos, já que reúne características importantes como solo fértil, boa disponibilidade de água, clima favorável, dentre outros (Jesus, 2023). As políticas de incentivo à ocupação para o agronegócio surgiram desde meados dos anos 1970 e atraíram inicialmente produtores da região sul e centro-oeste do Brasil, que encontraram nas terras baratas da região uma alternativa para expandir seus negócios (Favareto *et al.*, 2019). A produção agrícola na região vem crescendo ano a ano e atualmente 19% da soja brasileira é produzida no Matopiba, que ainda produz milho, algodão e, mais recentemente, proteína animal (Egger, 2023).

Ao mesmo tempo em que apresenta números vistosos, entretanto, o Matopiba da produção agropecuária extensiva traz consigo diversas contradições. A valorização das terras na região tem atraído grupos imobiliários interessados não em produzir, mas em ganhar com a especulação das terras (Pitta; Boechat; Mendonça, 2017). Além disso, é cada vez mais frequente a estrangeirização das terras do Matopiba (Figueredo, 2024; Kato; Vicente; Leite, 2024), já que o governo ainda possui um controle precário de aquisições indiretas, ainda que exista legislação a respeito (Favareto *et al.*, 2019). Com efeito, se torna inevitável a disputa de terras com grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas e pequenos produtores (Egger, 2023; Kato; Vicente; Leite, 2024).

Relatos de problemas ambientais, frutos da expansão do agronegócio na região também são constantes. Segundo Sousa (2022), o cerrado (bioma que compõe 90% do Matopiba) apresentou um desmatamento aproximadamente duas vezes maior do que o observado na Amazônia, sendo o domínio morfoclimático mais desmatado do Brasil. Essa dinâmica produtiva intensiva transforma paisagens naturais em espaços de desigualdades, que subjuga tanto as classes menos favorecidas quanto o próprio planeta (Nepomoceno; Carniatto, 2022). Lopes, Lima e Reis (2021) chamam esse processo desigual de mudança no Matopiba de *mau desenvolvimento*, que gera exclusão alimentar, hídrica, territorial e de governança no que se refere à paisagem. Essa realidade corrobora com a ideia de que tanto a riqueza quanto a pobreza são condições socialmente produzidas, como visto em Josué de Castro (2022) e Milton Santos (2023). Se por um lado historicamente o Norte e o Nordeste rural do Brasil são associados à pobreza e à desigualdade, por outro, uma parte desse território vem provando que há condições edafoclimáticas

favoráveis ao desenvolvimento econômico com base na produção agrícola. O que parece diferenciar um Matopiba pobre de outro, promissor economicamente, é a boa vontade de promotores de políticas públicas, por exemplo (Egger, 2023; Jesus, 2023; Lima, 2020). Algumas políticas públicas vêm sendo aplicadas para a população mais vulnerável da região, mas isso parece ainda não ser suficiente.

Paradoxalmente, quanto maior é o crescimento econômico impulsionado pelo agronegócio no Matopiba, maior é o nível de desigualdade entre os grandes produtores de *commodities* comparada com a população local que não faz parte desse “milagre econômico”. Como lembra Celso Furtado (2003), as economias subdesenvolvidas falham em converter o aumento da produtividade em melhores condições de vida para a maioria da população. De fato, como mostram Favareto *et al.* (2019) Moura e Campos (2023), o sucesso do Matopiba do agro não transborda para toda a população local, criando duas realidades antagônicas.

Temos, até então, duas abordagens distintas para o Matopiba: a primeira, enquanto fronteira agrícola dinamiza a economia da região e transforma a paisagem; a segunda, mais realista, que é composta pela população local à margem desse desenvolvimento. Atacar o desenvolvimento agrícola na região é improdutivo, já que é inegável que se tem um impacto positivo para a economia do país; por outro lado, negligenciar a realidade da população menos favorecida é inaceitável. Como observam Favareto *et al.* (2019, p. 374) “é necessário ir além da leitura oferecida pela polarização que opõe, de um lado o agronegócio, e do outros os movimentos ambientalistas e trabalhadores”.

Assim, região do Matopiba constitui um *campo fértil de contradições* propícia para o surgimento de Políticas Públicas Dirigidas que possam, dentre outras coisas, vincular a os bons resultados obtidos pela expansão do agronegócio com o desenvolvimento socioeconômico da população menos favorecida na região. Nesse sentido, nenhum país teve mais êxito democratizar o crescimento econômico do que a China.

Especialmente desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping a partir do final da década de 1970, a economia chinesa vem registrando crescimento econômico vertiginoso, fruto de um planejamento de longo prazo (Farhat, 2025, Fleider e Puppim de Oliveira, 2024). Esse planejamento, sistematizado nos Planos Quinquenais (PQs), estabelecem metas ambiciosas de desenvolvimento o que inclui, dentre outras, políticas públicas voltadas para tirar pessoas da pobreza (Jabbour e Gabriele, 2021). Isso fez com que a China apresentasse o caso mais exitoso no combate à pobreza nas últimas décadas (Girardi, 2024; Liu *et al.*, 2019) tirando mais de 800 milhões da situação de pobreza nas últimas décadas (Maia, 2023).

Com base nesses argumentos, o presente estudo procura preencher o hiato que há no antagonismo entre os defensores do crescimento agrícola no Matopiba e os que defendem sua completa revisão. Para tanto, objetivamos analisar como as políticas públicas chinesas de combate à fome podem inspirar um caminho alternativo para o binômio crescimento econômico e pobreza no Matopiba. Como objetivos específicos, o presente estudo busca: I. Caracterizar criticamente o crescimento do Matopiba enquanto fronteira agrícola, os contrastes e contradições com o passado da região; II. Destacar o potencial que as Políticas Públicas Dirigidas chinesas no combate à pobreza têm para a criação de um modelo voltado para e; III. Propor alternativas para o combate das desigualdades no Matopiba com base no modelo chinês.

Além desta introdução, uma caracterização crítica que busca mostrar duas facetas distintas do Matopiba é apresentada na segunda seção. Na terceira seção, fazemos uma breve discussão sobre o conceito de pobreza para, na seção seguinte, relatarmos a história recente da experiência chinesa de combate à pobreza. Na quinta seção, propomos algumas ideias para um desenvolvimento socioeconômico mais inclusivo no Matopiba. O artigo finaliza com a apresentação de considerações finais seguidas das referências utilizadas.

Matopiba: uma fronteira entre crescimento econômico e a desigualdade regional

Quem percorre a BR-135 passando pela região sul do Piauí sentido oeste da Bahia pode observar diversas mudanças na paisagem, não apenas pelos famosos poços jorrantes de Alvorada do Gurguéia ou pela crescente zona de desertificação em Gilbués, ambas no estado do Piauí. Chama a atenção a presença cada vez mais frequente de um ecossistema empresarial voltado para suprir as demandas de um crescente agronegócio: concessionária de fabricantes de maquinário agrícola (tratores de grande porte, colheitadeiras), hotéis de categoria intermediária em regiões que não possuem turismo de lazer expressivo, galpões, revendas de agrotóxicos, dentre outros.

Essa região denominada Matopiba (um acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) vem sendo apontada como a fronteira agrícola mais proeminente do Brasil, apresentando crescimento econômico considerável, sobretudo nos últimos anos.

No entanto, um olhar mais crítico e apurado revela que esse cenário otimista não está isento de contrastes. Com base nessa observação, iremos caracterizar criticamente o Matopiba buscando apresentar duas facetas: uma que enxerga essa região sob uma lente otimista, tendo como perspectiva a nova fronteira agrícola brasileira, palco de um crescimento econômico puxado pelas extensas plantações de soja e criação bovina e outra, por uma lente que procura

investigar a realidade vivida pela população local, onde se observa claras desigualdades regionais e um desenvolvimento socioeconômico não tão otimista. A apresentação desses dois cenários pavimenta a estrada que nos conduzirá para um terceiro Matopiba: aquela que poderá vir a ser, se alguns esforços forem mobilizados.

A nova fronteira agrícola: o Matopiba do otimismo

Originalmente denominada Mapito, pois não incorporava parte do estado da Bahia (Egger, 2023), a região passou a ser conhecida por Matopiba a partir da década de 1980. Atualmente é composta por 337 municípios divididos em 31 microrregiões, abrangendo 72% do estado do Maranhão, 100% do estado do Tocantins, 32% do Piauí e 23% do estado da Bahia, totalizando pouco mais de 73,8 milhões de hectares (BRASIL, 2015; Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014). Conforme Paes (2021), o domínio morfoclimático predominante do Matopiba é o Cerrado (90,94%), seguido pela Amazônia (7,27%) e uma pequena porção de Caatinga (1,64%). A Figura 1 apresenta um mapa do Matopiba:

Figura 1 – A região do Matopiba



Fonte: Silva e Vianna (2022).

Segundo Magalhães e Miranda (2014), a região abrange três importantes bacias hidrográficas, sendo elas a Bacia do Rio Tocantins e a Bacia do Atlântico ao norte/nordeste, e a Bacia do Rio São Francisco, presentes em 43%, 40% e 17% do território, respectivamente. Ainda segundo este mesmo estudo, importantes rios como o Tocantins, o Araguaia, o São Francisco e o Parnaíba são parte essencial da subsistência de diversas famílias, mesmo as que não vivem nos limites da região.

A combinação de fatores como terra fértil, abundância de água, baixo custo de aquisição de terras, clima favorável e mão de obra barata foram cruciais para que a região fosse vista como um território de investimentos em agronegócios. Segundo Lopes, Lima e Reis (2021) e Sousa (2022), a necessidade de tornar o cerrado produtivo resultou na criação de incentivos políticos e econômicos nas décadas de 1970 e 1980, com a criação e implantação do Prodecerr (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), que por sua vez buscaram promover os monocultivos e pastagens sobretudo no oeste baiano.

Décadas depois, a então presidenta Dilma Rousseff promulga o Decreto nº 8447 de 6 de maio de 2015, que cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, tendo por finalidade “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (Brasil, 2015a). O Decreto previa em seu Art. 1º a criação de um Comitê Gestor Multisetorial, buscando democratizar a tomada de decisão acerca do futuro da região. Todavia, esse Decreto foi revogado na gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) com o Decreto nº 10.473/2020 de 24 de agosto de 2020, colocando um fim em parte dos avanços obtidos até o momento.

Foi somente no terceiro mandato do presidente Lula (2023-2026), dessa vez com o Decreto 11.767, de 1º de novembro de 2023 que se retoma o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, tornando a oficializar uma política pública em nível federal para a região. Essa mudança de perspectiva governamental reflete quão incipiente o Brasil está no desenvolvimento de políticas públicas de longo prazo. Esse posicionamento é contrastante com o modelo de chinês, que possui um planejamento central e de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico. Como visto anteriormente, os Planos Quinquenais (PQs) e os resultados alcançados só foram possíveis após uma mudança estrutural planejada décadas atrás e que, embora sofressem melhorias com base nas experiências adquiridas, permaneceram em execução mesmo após as trocas de presidentes (Barbosa, 2025; Fleider e Puppim de Oliveira, 2024; Godoi, Lamoso e Bazzanella, 2024). Outro exemplo prático é apontado por Jabbour e Gabriele (2021)

quando mostram que o sistema bancário chinês só alcançou todas as províncias do país após a reorganização das cooperativas de crédito rural (CCRs) ao longo dos anos, sendo que essa reorganização “também tem sido muito funcional para a erradicação da pobreza extrema no país (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 152).

Fato é que as políticas de incentivo ao desenvolvimento agrícola voltado para o Matopiba não tardaram a atrair pessoas interessadas em explorar a região. Conforme Jesus (2023), os primeiros produtores a atenderem a este chamado foram os sulistas (genericamente chamados pela população local de “gaúchos”), que viram na expansão do Matopiba uma oportunidade de trocar propriedades mais caras em regiões saturadas por outras mais baratas, ainda que em uma localização distante de suas terras natais e com infraestrutura precária. Esses primeiros exploradores buscaram fortalecer a imagem de empreendedores que teriam protagonizado uma espécie de Era Romântica do Matopiba. Essa versão é veementemente contestada por Favareto *et al.* (2019) que desmistificam essa aura ao afirmarem que houveram três vetores cruciais para o desenvolvimento da região, sendo eles a pesquisa da Embrapa, que desenvolveu uma soja adaptada para baixas latitudes e condições climáticas daquela região; a disponibilidade de assistência técnicas e extensão rural gratuitas e; um terceiro, a oferta de crédito rural subsidiado.

Mesmo com percalços, Nepomoceno e Carniatto (2022, p. 105) reforçam que “em termos de agricultura, o movimento atual no Matopiba vem sendo transformado recentemente, a partir da produção intensiva, em larga escala e da reversão das paisagens naturais em grandes campos de plantio”. É inegável que a produção de soja e a pecuária vêm apresentando resultados expressivos no Matopiba e modificando a dinâmica econômica da região. Conforme dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), dos 50 municípios brasileiros que mais arrecadaram com a produção agrícola, oito fazem parte do Matopiba, conforme visto no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Municípios do Matopiba entre os 50 com maior participação no valor da produção da agricultura brasileira referente ao ano de 2023

Posição	Município	Mil R\$	Percentual
Brasil		R\$ 814.507.798,00	100%
2°	São Desidério (BA)	R\$ 7.789.575,00	1%
7°	Formosa do Rio Preto (BA)	R\$ 5.789.526,00	0,7%
22°	Baixa Grande do Ribeiro (PI)	R\$ 3.221.423,00	0,4%
25°	Barreiras (BA)	R\$ 3.116.859,00	0,4%
28°	Correntina (BA)	R\$ 3.027.527,00	0,4%
32°	Luis Eduardo Magalhães (BA)	R\$ 2.705.861,00	0,3%
38°	Uruçuí (PI)	R\$ 2.435.233,00	0,3%
48°	Riachão das Neves (BA)	R\$ 2.096.875,00	0,3%
Totais dos municípios		R\$ 30.182.879,00	4%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2024)

Mesmo sem evidências de perda absoluta da produção agrícola em municípios de regiões tradicionalmente consolidadas, como o Sul e o Centro-Oeste, constata-se que o Matopiba se insere de forma decisiva em um processo de reorganização espacial da produção agrícola brasileira, associado à expansão da fronteira agrícola e à redistribuição territorial dos investimentos produtivos. Essa experiência de sucesso dos agricultores sulistas no Matopiba além de pouco transbordar seus resultados econômicos para a população local, ainda trazem diversos outros problemas que nem sempre aparecem nas narrativas mais otimistas (Favareto *et al.*, 2019; Lopes, Lima e Reis, 2021; Moura e Campos, 2022).

Um campo de desigualdades: o Matopiba realista

Apesar da estrutura agrária do Matopiba ser frequentemente apresentada como símbolo do dinamismo recente da agropecuária brasileira, esse processo de crescimento não se dá de forma homogênea nem tampouco isenta de contradições socioeconômicas, territoriais e ambientais.

Dos diversos problemas identificados na estrutura agrária que ali se formou, o primeiro que gostaríamos de apontar é de origem exógena. Conforme argumentam Pitta, Boechat e Mendonça (2017), a crise financeira global (em especial a de 2008) afetou diretamente os preços das *commodities* fazendo com que se intensificassem as buscas pela apropriação de espaços produtivos, dentre eles o Matopiba. Hershaw e Sauer (2023) reforçam que existe uma combinação de crises (climática, energética, financeira, alimentar) que interferem diretamente no interesse por terras brasileiras. Com efeito, existe um crescente processo de apropriação de terras

(*land grabbing*) por grupos estrangeiros (Kato; Vicente; Leite, 2024; Egger, 2023; Evangelista; Sauer, 2025), inflacionando o preço das terras na região do Matopiba (Figueiredo, 2024). Favareto *et al.* (2019, p. 354) fazem importante observação a respeito desse fenômeno:

A presença de grupos estrangeiros é cada vez maior à esteira dos processos de valorização de terras como ativo financeiro [...] Igualmente forte é a imagem de um território que vai passando gradativamente às mãos e ao controle de grupos transnacionais, diminuindo a autonomia e a soberania do país sobre recursos absolutamente estratégicos nos quadros de um futuro fortemente marcado pelas mudanças climáticas e por certa escassez de alguns valiosos recursos disponíveis no local, como a água, a terra e a biodiversidade.

Mesmo havendo restrições legais importantes desde o início dos anos 70 “os governos têm frágil controle sobre as práticas de aquisições indiretas, que contornam as legislações nacionais (Favareto *et al.*, 2019, p. 362). Como reforçam Nepomuceno e Carniatto (2022, p. 106) “países interessados na produção de *commodities* em terras brasileiras, com valiosas características férteis e agricultáveis [...] têm investido fortemente em grandes propriedades no país e utilizando, portanto, de forma massiva essas terras e recursos naturais”. Com isso, as terras agricultáveis passam a ser um ativo cada vez mais valorizado não apenas por fazendeiros, mas também a ponto de atrair a presença de imobiliárias transnacionais que buscam ganhos a partir da percepção da terra como ativo financeiro, sobretudo no Matopiba, causando dentre outros problemas, expropriação de camponeses locais, povos indígenas e quilombolas (Pitta; Boechat; Mendonça, 2017). Haesbaert (2004) traz importante luz sobre questões semelhantes ao defender que não é possível afirmar existir desterritorialização ou exclusão territorial em um sentido absoluto, uma vez que não é possível existir sem território. Para o autor, ao invés de desterritorialização, há precarização espacial ou reclusão territorial, que se assemelharia a um *apartheid*.

Assim, com a crescente valorização daquelas terras, surge um segundo problema que, vale ressaltar, é paradoxal: quanto mais a região cresce com base na produção agrícola, maior é a desigualdade entre produtores e população local, naquilo que Lopes, Lima e Reis (2021) chamaram de mau desenvolvimento do Matopiba. As consequências desse modelo de desenvolvimento sustentam-se a partir de desigualdades, conflitos fundiários, violência no campo e esgotamento dos recursos naturais (Favareto *et al.*, 2019). Enquanto as safras batem recordes e empresas nacionais e estrangeiras acumulam riquezas, o mesmo otimismo não é observado nos padrões de qualidade de vida daqueles que não fazem parte desse processo produtivo, dando lugar à pobreza e desigualdades crescentes (Jesus, 2023, Lima, 2020).

Essa nova fronteira agrícola global corresponde a um sistema compressor que opera de modo conflitante com os interesses e bem-estar das comunidades que vivem na região, onde a apropriação do território agricultável expulsa, desconstrói e erradica (Nepomoceno; Carniatto, 2022). Esse enclave de produção de *commodities* “foca na geração e acúmulo de riqueza, embora não se proponha a sanar conflitos históricos vivenciados em seu território, como a desigualdade social, a insegurança alimentar, o empobrecimento da população [...]” (Evangelista; Sauer, 2025, p. 231). Assim, como reforçam Silva *et al.* (2023), a dinâmica econômica que vem sendo desenvolvida no Matopiba segue a lógica de concentração de renda (seja pela produção de grãos, proteína animal ou pelo mercado de terras), criando “ilhas de riqueza” que não transbordam para além dos espaços delimitados de produção.

Um terceiro problema, não menos grave, merece atenção: o impacto ambiental causado pela expansão do agro no Matopiba afeta direta e indiretamente uma quantidade expressiva de pessoas. O cerrado é o bioma mais desmatado no país, tendo aproximadamente o dobro de área desmatada se comparada com a Amazônia (Egger, 2023; Sousa, 2022). Isso se deve em grande parte pelo fato de que até pouco tempo atrás as atenções dos ambientalistas brasileiros e mesmo internacionais se voltavam mais para os domínios morfoclimáticos amazônico e da Mata Atlântica.

Existe, portanto, uma relação direta entre a expansão agrícola do Matopiba e o desmatamento e a desterritorialização de povos da região onde um discurso recorrente é o de que esse é o preço que se paga por gerar riquezas em áreas outrora consideradas improdutivas e sem valor comercial (Leite, Sátiro; Sauer, 2025; Lopes *et al.* 2021). Os problemas da expansão não sustentável das lavouras do Matopiba vão além do desflorestamento do Cerrado, já que o aumento da produção gera insegurança hídrica e expulsão de famílias de suas terras (Evangelista; Sauer, 2025).

Nepomoceno e Carniatto (2022, p. 101) aprofundam ainda mais a descrição desses impactos quando afirmam que “torna-se relevante considerar outros impactos que envolvem a perda de biodiversidade, mudanças climáticas, alterações no ciclo hidrológico, uso indiscriminado de fertilizantes, erosão, assoreamento, compactação do solo e outros”.

Elencar esses impactos ambientais é apenas o primeiro passo para uma descrição da realidade do Matopiba. Entretanto, é preciso ir além ao analisar de forma crítica as questões ambientais levando em consideração que os impactos não são simétricos na sociedade. Como nos explica Ulrich Beck (2011), embora os impactos ambientais decorrentes do sucesso da modernização são potencialmente universais, os riscos e a forma como eles afetam ricos e pobres

são substancialmente diferentes. Os impactos ambientais não apenas se distribuem de forma socialmente desigual, mas também são desigualmente reconhecidos e politicamente validados, na medida em que os grupos mais vulneráveis, apesar de vivenciarem diretamente tais impactos, permanecem marginalizados no que concerne à tomada de decisão (Latour, 2019).

Uma nota sobre o conceito de pobreza

Todos os fenômenos sociais, sobretudo aqueles que lidam com as desigualdades no contexto brasileiro, são questões complexas. Tomando como verdadeira essa premissa, pontuaremos aqui algumas discussões ligadas ao conceito de pobreza e suas implicações para o desenvolvimento social, buscando diferenciar o espaço rural do urbano nesse quesito. Isso permitirá compreender um pouco mais da realidade da população local do Matopiba ao mesmo tempo em que apresentamos algumas falhas nas métricas convencionalmente usadas para analisar as questões de pobreza.

O primeiro ponto relevante a ser considerado é que estudos unidimensionais, como aqueles que adotam a variável renda, embora bastante utilizada em diversos trabalhos acadêmicos e relatórios governamentais trazem uma percepção bastante limitada da realidade social (Conconi; Alkire, 2025; Silva; Neder, 2025). Por exemplo, ao considerar a renda *per capita*, esses estudos analisam uma média generalista que é incapaz de mostrar as desigualdades internas, escondendo o que de fato é importante saber para a adoção de políticas públicas de combate à pobreza. Como vaticina Milton Santos (2023, p. 14), “é evidente que não se pode dispensar informações estatísticas, mas é preciso recusar a essas informações um valor próprio e suficiente”.

Conforme Alkire *et al.* (2015), a partir da década de 1970 alguns estudos começaram adotar abordagens mais multidimensionais da pobreza, buscando compreender aspectos mais subjetivos das necessidades humanas. Isso nem sempre é uma tarefa fácil pois, como reforçam Silva e Neder (2025), necessidades não materiais e a autonomia que as pessoas têm ao decidir sobre suas próprias vidas são difíceis de mensurar, sendo necessário esforços para compreender essas questões empiricamente. Por exemplo, um indivíduo que têm acesso a uma renda mínima garantida, pode não ter acesso pleno à saúde ou a água potável mesmo que tenha recursos para adquiri-los, caso não haja oferta desses produtos ou serviços em sua região. Então, a questão não é apenas “quanto”, mas também “o que”, “onde” e “como” promover a diminuição da pobreza.

A segunda observação que fazemos é que uma abordagem multidimensional da pobreza não está indissociada do espaço e do tempo. Silva e Neder (2025, p. 8) lembram que “as necessidades podem variar consoante o clima, a região geográfica e o período analisado”. Naturalmente, tal percepção aumenta a complexidade da caracterização dos problemas de uma determinada sociedade e, conseqüentemente, eleva também o grau de dificuldade de se promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social. Nesse sentido, Campos (2025) ressalta a importância de que tais políticas considerem as perspectivas locais das comunidades afetadas pela pobreza, buscando ter uma melhor compreensão das dinâmicas locais.

Como afirmam Silva e Neder (2025, p. 2), “como situação oposta ao desenvolvimento humano, está a condição de pobreza humana”. Assim sendo, uma terceira observação pertinente em estudos sobre a pobreza é compreender que esta vai além da escassez econômica e que, ao se elencar os fatores que compõem o desenvolvimento humano, é fundamental adotar uma visão holística e não reducionista (Campos, 2025; Liu *et al.*, 2017).

Dando um passo adiante, Crespo e Gurovitz (2002) acrescentam que é preciso considerar tanto as privações que afetam a existência humana quanto a dignidade pessoal, o que engloba questões como alimento, saúde, educação, habitação, dentre outros. Mas isso por si só não basta, pois tem-se aí um novo conjunto de construtos, levando a uma nova gama de variáveis. Para exemplificar, quando levantamos a questão da saúde, precisamos considerar que as necessidades específicas de homens, mulheres e crianças geram um conjunto de demandas próprias. No caso de crianças, mortes prematuras evitáveis podem ter relação direta com alimentação insuficiente ao longo de seu desenvolvimento ou ausência de exames pré-natais e orientação da gestante, mas também podem ser reflexos de políticas públicas insuficientes ou de problemas no sistema de seguridade (Sen; Klksberg, 2010).

Uma quarta observação necessária para os estudos de pobreza é que mesmo os levantamentos mais criteriosos e inclusivos são frutos de uma escolha por parte de quem observa o fenômeno. Indicadores não são neutros ou axiomáticos; antes pelo contrário, eles representam uma escolha teórica, metodológica e política de modo que não devem ser analisados sem antes haver uma reflexão crítica com base na realidade local (Campos, 2025). Não obstante, além da “atualização periódica desses dados e na sensibilidade política de definir dimensões e indicadores que façam sentido para a população” (Conconi; Alkire, 2025, p. 36), a disponibilidade de dados nem sempre é farta, o que pode dificultar uma atuação mais pragmática no combate à pobreza.

Acrescentamos então uma quinta observação: o que se entende por pobreza no meio urbano é sensivelmente distinto da noção de pobreza no meio rural. Problemas comumente relacionados com a pobreza em grandes cidades, como as favelas, não são associados ao ambiente rural. Contudo, essa visão binária entre o urbano e o rural ainda não é o bastante para compreender a realidade do Matopiba, uma vez que à noção de rural pode pertencer tanto grandes propriedades que operam com capital estrangeiro quanto o agricultor familiar, ao mesmo tempo em que o urbano pode compreender cidades como Palmas (TO) e Imperatriz (MA), grandes centros urbanos e Bom Jesus (PI), com uma população menor que 25 mil habitantes.

Embora alguns problemas divirjam dentro da noção de urbano e rural e entre esses dois conceitos, Sawaya *et al.* (2003) apresentam algumas particularidades do meio rural que aparecem com maior frequência, como a dificuldade de acesso ao crédito rural, a mudanças climáticas que afetam os plantios e colheitas, a falta de abastecimento de água, a precariedade de estradas (com impactos diretos nos custos logísticos de escoamento de produção) e a baixa cobertura dos serviços de saúde. Por outro lado, acrescentam ainda que “a pobreza e a desnutrição da zona urbana têm outros fatores determinantes, como baixa escolaridade materna, gravidez na adolescência, desemprego, violência e isolamento social, drogadição, condições de moradia e saneamento inadequadas” (Sawaya *et al.*, 2003, p. 22).

Além disso, a pobreza e a fome no Nordeste não encontram na seca seu maior algoz mas, nas palavras de Josué de Castro (2022, p. 265) ela está na “luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da sub-capitalização na exploração dos recursos naturais da região”. Milton Santos (2023) reforça essa percepção ao mostrar como a pobreza é produzida com base no espaço, seja pelos custos que este impõe e com isso causa segregação espacial, seja pelo acesso desigual à modernização e a serviços essenciais, por exemplo. Nesse sentido, a leitura da pobreza do Matopiba como fenômeno natural, atribuída quase que exclusivamente à seca, revela-se insuficiente ao ocultar determinantes históricos, sociais e espaciais, como mostra Josué de Castro:

Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo dessa situação cujas causas são outras. São causas mais

ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (Castro, 2022, p. 264)

Por último, é importante ressaltar embora o Brasil apresente evolução no combate à pobreza e à extrema pobreza, ainda há um longo percurso a ser seguido para tirar as pessoas dessa condição. Segundo dados do IBGE (Brasil, 2025a), entre os anos de 2023 e 2024 cerca de 8,6 milhões de brasileiros saíram da pobreza (vivem com menos de U\$ 6,85 por dia) e 1,9 milhões da extrema pobreza (vivem com menos de U\$ 2,15 por dia). Apesar desses números, 48,9 milhões (cerca de 23,1% da população brasileira) ainda vivem na linha de pobreza e outros 7,4 milhões (cerca de 3,5% da população) ainda se encontram na extrema pobreza. Não obstante, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2025b), o Piauí é o estado brasileiro com maior desigualdade de renda, sendo que os 10% mais ricos recebem em média 15,8 vezes mais do que os 40% mais pobres. Mais do que promover um alívio episódico da pobreza com programas de transferência de renda, é necessário criar uma agenda sólida de desenvolvimento social que permita efetivamente emancipar a população menos favorecida.

A experiência chinesa no combate à pobreza

“Nenhum povo do mundo, à exceção talvez dos chineses, se mostra tão enraizado a uma terra que periodicamente se mostra tão ingrata, como o sertanejo ao Nordeste”

(Josué de Castro, 2022, p. 245)

O êxito da China no combate à pobreza constitui um dos mais profundos, abrangentes e sistematicamente planejados processos de transformação social da história contemporânea. Tirar aproximadamente 800 milhões de pessoas da pobreza em 40 anos (o que representa 70% da redução de pobreza mundial) é fruto não somente do crescimento econômico, mas também o resultado da implementação de estratégias assertivas de longo-prazo (Jabbour; Gabriele, 2021; Liu *et al.*, 2019; Maia, 2023). Esses resultados por si só já são expressivos o bastante para instigar esforços para compreendê-los e ficam ainda mais impactantes se consideramos o lapso temporal e as condições prévias no qual a China se encontrava décadas atrás.

Mas como a China protagonizou o maior *plot twist* socioeconômico do último século?

Para responder a esta questão se faz necessário uma breve revisão de sua história recente. Embora tenha sido um dos impérios mais longevos e populosos, um dos períodos de maior destaque na milenar história chinesa foi o período conhecido como o Século das

Humilhações (1839-1949). Por restringir a entrada de produtos estrangeiros, países como a Inglaterra e posteriormente a França impuseram seus interesses comerciais com acordos desfavoráveis à China. Essa fase da história chinesa foi marcada pelo grande número de pessoas viciadas em ópio (droga contrabandeada da Índia, então colônia britânica), estado de caos político e redução da soberania chinesa, cujo poderio militar era inferior aos de seus oponentes (Callahan, 2006). Ao final do Século das Humilhações, a China se encontrava entre as menores economias do mundo, com milhões de pessoas em condições de pobreza e cerca de 80% de sua população analfabeta (Moraes, 2025).

Além da economia, a autoestima do povo chinês também não estava em um bom momento. Liang Qichao, político e ativista chinês, cunhou o termo “nação chinesa” no início do século XX buscando colocar sob a mesma égide uma China composta por 56 etnias, fazendo emergir um sentimento nacionalista chinês (Zhou, 2021). Ao propor a ideia de “nação chinesa”, Qichao transcendia uma fragmentação da população e articulava as bases para uma identidade coletiva seminal para um projeto de modernização política e fortalecimento do Estado. Aos poucos, foi crescendo a vontade de romper com as velhas políticas desgastadas, culminando na proclamação da República Popular da China (RPC) sob a liderança de Mao Tsé-tung com forte apoio da classe camponesa. A resposta do governo chinês após 1949 foi uma virada histórica para o desenvolvimento socioeconômico, que culminaria com o país se projetando para ser a segunda maior economia do mundo na atualidade.

Embora Mao tenha desenvolvido um projeto de reconstrução da China, foi a partir das reformas econômicas iniciadas durante o governo de Deng Xiaoping que o país iniciou um processo mais sólido de modernização econômica (Marti, 2021). Foi no governo de Xiaoping que a China promoveu uma Reforma e posterior Abertura de sua economia sem, contudo, que houvesse uma ruptura com os pressupostos alicerçados na política de Mao Tsé-tung (Maia, 2023). Não fossem os fatos testemunha, ficaria difícil acreditar que a China pré-Mao é a mesma China pós-Xiaoping. Essa evolução somente foi possível com a execução de um meticuloso conjunto de planos, chamados Planos Quinquenais, que balizaram o progresso econômico e social da China.

Os Planos Quinquenais e o combate à fome

O Plano Quinquenal (PQ) chinês é o principal instrumento de planejamento social e econômico da China, que apresentam os principais objetivos e metas a serem adotadas pelos cidadãos e pelo Estado a cada cinco anos (Fleider; Puppim de Oliveira, 2024). O primeiro PQ

(1953-1957), implementado nos primeiros anos do governo Mao, teve forte inspiração no modelo soviético e priorizou a coletivização agrícola e industrialização de menor complexidade (como têxtil e de calçados), construindo uma base industrial nacional (Farhat, 2025). Embora não tenha focado diretamente na redução da pobreza, os primeiros PQs o fizeram implicitamente ao melhorar a capacidade produtiva do país.

Posteriormente, a abertura econômica da China promovida por Xiaoping foi gradativamente melhorando as condições de vida de boa parte da população. Entretanto, as políticas públicas para o combate à pobreza nos anos 1980 ainda eram incipientes e careciam de melhor articulação (Maia, 2023a), sendo que ao final da década de 1970 haviam aproximadamente 770 milhões de chineses pobres nas áreas rurais (Liu *et al.*, 2019). Segundo Yang (2019, p. 4, tradução nossa), já no ano de 1986 “foi criado um órgão específico para enfrentar a pobreza em áreas mais críticas, denominado Conselho Estatal para o Desenvolvimento Econômico de Áreas Afetadas pela Pobreza” que atualmente é denominado Escritório do Grupo Líder de Conselho de Estado para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento.

A partir desse marco institucional, as políticas públicas de combate à pobreza adquiriram maior coerência, escala e capacidade de gestão. Com isso, a China conseguiu diminuir o número de pobres de 125 para 80 milhões de pessoas em 1992 (Yang, 2019).

Os PQs passam a operar não apenas como mecanismos de orientação macroeconômica, mas como ferramenta de intervenção social dirigida, articulando crescimento, redistribuição e redução das desigualdades regionais. A planificação econômica chinesa foi gradativamente mudando a realidade da população menos favorecida a partir de políticas públicas dirigidas mais sofisticadas. Contudo, “a temática da pobreza vai assumir centralidade inequívoca no 13º PQ. Ao invés de uma pequena seção em um capítulo, como no 11º, ou menções esparsas, como no 12º, desta vez a erradicação da pobreza se transformou em uma Parte” (Maia, 2023, p. 216).

O 13º PQ (2016-2020) estabeleceu como meta central no campo social assegurar que todos os residentes rurais situados abaixo da linha oficial de pobreza da China fossem retirados dessa condição, que todos os municípios classificados como pobres superassem a pobreza e que o alívio da pobreza fosse efetivamente alcançado em todo o território nacional. Haviam 43 milhões de chineses em situação de pobreza no primeiro ano do governo de Xi Jinping, porém com o alcance das metas do 13º PQ, foi anunciado em 2020 que já não haviam mais chineses em condição de hipossuficiência (Maia, 2023a).

Proposições de PPDs para o Matopiba com base na experiência chinesa

Enquanto alguns países mudam completamente sua visão política a cada quatro anos, a China executa planos de 50 anos ou mais. Contudo, comparar realidades distintas e complexas como, é o caso da pobreza no Brasil e na China, certamente é um desafio repleto de armadilhas e que facilmente pode levar a uma ou outra falha. As diferenças históricas, institucionais, demográficas, políticas e econômicas impõe limites teóricos e práticos. Contudo, parece restar poucas dúvidas de que vontade política e um planejamento estruturado de longo prazo sejam o primeiro passo para a erradicação da pobreza no Brasil. Como lembram Fleider e Puppim de Oliveira (2024), o planejamento não deve ser um documento inerte, mas um instrumento de implementação de melhorias.

O intervalo entre o planejamento e sua efetiva implementação pode ser excessivamente longo para responder a problemas de caráter urgente, como o alívio da extrema pobreza. Nesse contexto, assim como ocorreu no Brasil com o Programa Bolsa Família, o governo chinês também recorreu, como estratégia imediata de combate à pobreza, a programas de transferência de renda direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade. Embora tais iniciativas produzam efeitos positivos de curto prazo na mitigação da pobreza, a literatura aponta que, quando não articuladas a políticas estruturantes voltadas à geração de capacidades produtivas e à inserção sustentável no mercado de trabalho, podem gerar efeitos colaterais indesejáveis, como a dependência prolongada desses benefícios.

Nesse sentido, Liu *et al.* (2019, tradução nossa) ao analisar esses programas observam que “os governos locais pagaram diretamente grandes quantias em dinheiro e auxílios emergenciais às famílias pobres especificadas, o que incentivou o desejo das pessoas pobres de obter o dinheiro sem trabalhar e inibiu seu entusiasmo em sair da pobreza”. Assim, pesquisadores e promotores de políticas públicas devem “garantir uma saída permanente da pobreza, ajudando as regiões pobres a construir e aprimorar sua capacidade de desenvolvimento econômico, em vez de depender de ganhos de curto prazo provenientes de subsídios” (Yang, 2019, p. 2, tradução nossa). Estimular a inserção dessas pessoas no mercado é crucial para reduzir a dependência de programas governamentais.

Vale ressaltar que os PQs chineses obtiveram melhor desempenho quando descentralizaram a execução das metas e focaram no acompanhamento dos beneficiários em nível individual, o que assegura maior acurácia na evolução das famílias (Maia, 2023). A partir deste entendimento, elencamos algumas diretrizes adotadas nos planos quinquenais da China e fazemos algumas proposições para o Matopiba, como visto no Quadro 2:

Quadro 2 – Planos exequíveis para o desenvolvimento do Matopiba com base nas diretrizes chinesas

Diretrizes de combate à pobreza nos Planos Quinquenais	Proposições para o Matopiba
Sistema nacional de registro de famílias pobres	Cadastro detalhado de indivíduos beneficiários do Bolsa-Família e elaboração de planos exequíveis de autonomia financeira.
Envio de servidores públicos para áreas rurais	Agentes públicos fazendo um trabalho em campo de monitoramento dessas famílias.
Expansão da infraestrutura básica nas zonas rurais	Diminuição do <i>gap</i> entre a infraestrutura de grandes centros urbanos e áreas rurais.
Garantia de acesso a serviços públicos essenciais	Mapeamento do acesso à equipamentos de saúde (postos e hospitais de média e alta complexidade), educação e segurança, estabelecendo uma distância máxima de acesso a esses serviços.
Segurança habitacional	Identificação de moradores em situação de rua e realocação em ambiente seguro
Desenvolvimento econômico local e novas indústrias	Criação de uma Zona Econômica Especial (ZEE) no Matopiba que promova estímulo à produção industrial local; Política de Conteúdo Local (CL) para a agroindústria
Sustentabilidade ambiental integrada à redução de pobreza	Combinação entre conservação ambiental e renda.
Educação e capacitação profissional	Ampliação de escolas técnicas e Institutos Federais
Assistência social para os mais vulneráveis	Manutenção do programa Bolsa-Família para pessoas incapacitadas de obter renda própria.

Fonte: Elaboração própria.

As medidas propostas acima buscam dinamizar o Matopiba de forma a tornar a região menos desigual ao mesmo tempo em que enfrenta a pobreza como uma questão multidimensional. Consideramos que é condição *sine qua non* para o sucesso de um Plano Quinquenal do Matopiba, esforços conjuntos entre empresários do agronegócio, promotores de políticas públicas e comunidade local com metas e responsabilidades claras. O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, retomado no terceiro mandato do presidente Lula, é um dos instrumentos de governança mais próximo de gerar os resultados esperados para a região (desde que seja transformado em política de Estado para evitar novas intervenções antiprogressistas).

Dentre os três principais agentes sociais mencionados – população, empresas e governo – o Estado que detém a maior capacidade institucional, fiscal e normativa para agir de forma abrangente e coordenada no enfrentamento da pobreza. A criação de uma Zona Econômica Especial, assim como em Shenzhen, Zhuhai e Xiamen (na China) e a Zona Franca de Manaus (Brasil), poderia explorar melhor as capacidades produtivas da região, aproveitando toda a infraestrutura logística que vem sendo desenvolvida para escoar a produção agropecuária. A posição geográfica estratégica do Matopiba poderia ser considerada para a criação, por exemplo, de um polo têxtil que demandaria grande quantidade de mão de obra ao mesmo tempo em que supre uma necessidade humana básica. Ao mesmo tempo, uma revisão tributária para as

empresas do agronegócio poderia estimular a transferência de impostos para projetos socioambientais na região. A ampliação de unidades de saúde e campus de ensino técnico e tecnológico, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também impactam diretamente na melhoria das condições de vida da população menos favorecida.

Do ponto de vista do agronegócio, diversas ações podem ser implementadas. Dentre elas, destacamos que o chamado apadrinhamento de unidades de saúde (postos, hospitais públicos, dentre outros) ou as escolas técnicas, como mencionados anteriormente, são formas mais imediatas de impacto social. O crescimento do agronegócio da região tem o potencial claro de alavancar o desenvolvimento social, tornando a região menos desigual tendo a soja como principal mecanismo de propulsão. O Estado pode vincular esses investimentos privados às políticas de subsídio ao setor agropecuário já existentes, como a concessão de subsídios agrícolas, crédito rural subsidiado, Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), ou mesmo criar novos estímulos governamentais.

A população em situação de pobreza e extrema pobreza, por seu turno, deverá ter sua evolução acompanhada diretamente por agentes públicos no que se refere à inserção na força produtiva em diversas frentes de atuação (agricultura familiar, logística, indústria leve, por exemplo). Para tanto, novos critérios de recebimento de benefícios sociais devem ser implementados pelos promotores de políticas públicas, sempre de forma transparente e imparcial. Embora isso possa trazer uma resistência inicial, a conscientização do papel individual no combate à pobreza é um passo fundamental para o êxito de Políticas Públicas Dirigidas. Liu *et al.* (2019, p. 225-226, tradução nossa) ilustram bem algumas formas de incentivar essa motivação:

Por um lado, o investimento em capital humano, incluindo treinamento e educação, deve estimular o autodesenvolvimento das famílias pobres e incentivá-las a participar do setor agrícola e a buscar oportunidades de emprego em atividades não agrícolas para aumentar a renda familiar e alcançar o objetivo de sair da pobreza. Por outro lado, durante o processo de combate à pobreza, o investimento em infraestrutura, como estradas e sistemas de água potável, e em serviços públicos, como educação e saúde, deve ser ampliado em aldeias não afetadas pela pobreza para reduzir a disparidade entre aldeias pobres e não afetadas pela pobreza e melhorar a qualidade de vida e a satisfação com as políticas de combate à pobreza para as famílias não afetadas pela pobreza.

As medidas apontadas aqui não têm o objetivo de serem definitivas, mas se prontificam a estimular o debate crítico em torno de um Matopiba menos desigual.

Considerações Finais

Buscamos aqui propor uma alternativa para o antagonismo existente no crescimento acelerado do Matopiba enquanto fronteira agrícola e o aumento da desigualdade entre a população local. Como resultados, elencamos nove diretrizes básicas com base nos Planos Quinquenais chineses, que buscam combater a pobreza em várias frentes de atuação considerando-a como uma questão estrutural e multidimensional.

Ao dialogar com a experiência chinesa, o estudo evidencia a centralidade do planejamento estatal orientado por metas claras, monitoráveis e territorialmente adaptadas, ressaltando que políticas públicas eficazes de combate à pobreza devem ir além de intervenções pontuais ou compensatórias. Nesse sentido, as diretrizes propostas apontam para um modelo de desenvolvimento regional mais pragmático e orientado à construção de capacidades produtivas, permitindo que indivíduos e comunidades em situação de pobreza possam superar essa condição de forma sustentável e autônoma.

O presente estudo tem o potencial de orientar os promotores de políticas públicas a adotar um modelo mais pragmático de desenvolvimento regional que permite que pessoas em situação de pobreza saiam dessa condição por meios próprios com base em planejamento e metas alcançáveis. Por outro lado, também é possível que o estudo frutifique no meio acadêmico ao explorar lacunas não exploradas aqui, como uma imersão longitudinal nas desigualdades e contradições do Matopiba. Além desta, recomendamos que novos estudos aprimorem as diretrizes aqui propostas para que a verdadeira teleologia deste estudo seja alcançada, ou seja, para que se tenha efetivamente subsídios para a construção de um planejamento que efetivamente dialogue com a realidade local.

Referências

ALKIRE, S.; et al. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199689491.001.0001>. Acesso em 04 fev. 2026

BARBOSA, C.D. **Planos quinquenais chineses (1º ao 14º): um panorama introdutório sobre seu funcionamento, história e análise de sua evolução**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2025/09/17-Livro-Planos-Quinquenais-Chineses.pdf> Acesso em 04 fev. 2026.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 8.447**, de 6 de maio de 2015, 2015a. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm Acesso em: 04 fev. 2026.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Portaria nº 244**, de 12 de novembro de 2015, 2015b.

BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Nota nº 1/2024. Assunto: Os 100 Municípios com maior participação no valor da produção da agricultura brasileira, 2024.**

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **No Brasil, 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2023 e 2024.** Gov.br, 03 dez. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/se-com/pt-br/assuntos/noticias/2025/12/no-brasil-8-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-entre-2023-e-2024>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2025b.

CALLAHAN, W.A. History, identity, and security: Producing and consuming nationalism in China. **Critical Asian Studies**, v. 38, n. 2, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14672710600671087>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CASTRO, J. **Geografia da fome: pão ou aço.** São Paulo: Todavia, 2022.

CRESPO, A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Administração Pública**, v. 1, n. 2, p. 1–12, dez. 2002. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003> Acesso em 08 fev. 2026.

EGGER, D. da S. **A crise de 2008 e as repercussões no regime de propriedade e uso da terra no Matopiba.** 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19705/1/2023%20-%20Dani-ela%20da%20Silva%20Egger.pdf> Acesso em 13 abr. 2026.

FARHAT, F.S. **O papel dos grandes conglomerados estatais nas várias estratégias de desenvolvimento econômico da China: de Deng Xiaoping a Xi Jinping.** 2025. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.12.2025.tde-17102025-161705> Acesso em 10 fev. 2026.

FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, [S./l.], v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019 Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275/4808> Acesso em 04 mar. 2026.

FLEIDER, T.; PUPPIM DE OLIVEIRA, J.A. Planejamento para o desenvolvimento: lições dos processos de planejamento na China. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.90293> Acesso em 20 mar. 2026.

FIGUEREDO, E.S. **Estrangeirização das terras no Matopiba: os atores invisíveis do território**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Ambientais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4b9e2c02-a198-405f-aab5-0350387af624/content> Acesso em 13 abr. 2026.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIRARDI, K. Estado chinês no século XXI: nova economia do projeto, combate à pobreza e ordenamento do território. **Revista Princípios**, n. 171, set/out, 2024 Disponível em: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.008> Acesso em 04 fev. 2026.

GODOI, C.N.; LAMOSO, L.P.; BAZZANELLA, S.L. Infraestrutura e projeto no desenvolvimento regional com características chinesas. **Revista Princípios**, n. 171, set/out, 2024 Disponível em: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.004> Acesso em 08 fev. 2026.

HERSHAW, E.; SAUER, S. Land and investment dynamics along Brazil's 'final' frontier: The financialization of the Matopiba at a political crossroads. **Land Use Policy**, v. 131, p. 106675, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.106675> Acesso em 02 fev. 2026

JABBOUR, E. K.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2021

KATO, K.Y.M.; VICENTE, J.S.; LEITE, S.P. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico-metodológicas e desdobramentos nos territórios. **Campo Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 19, n. 57, p. 13-43, nov, 20124 Disponível em <https://doi.org/10.14393/RCT195774896> Acesso em 04 fev. 2026.

KIM, L. **Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia**. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2019)

LIMA, E.C. **MATOPIBA: desenvolvimento rural em uma nova fronteira agrícola**. 2020. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.427> Acesso em 29 jan. 2026.

LIU, M.; FENG, X.; WANG, S.; QIU, H. China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **Agricultural and Resource Economics**, v. 64, pp. 209-228, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8489.12353> Acesso em 12 fev. 2026.

LOPES, G. R.; LIMA, M. G. B.; REIS, T. N. P. Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: Inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do Matopiba. **World**

Development, v. 139, p. 105316, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105316> Acesso em 04 fev. 2026.

MAGALHÃES, L. A.; MIRANDA, E. E. **Matopiba: Quadro Natural**. Campinas: EMBRAPA, 2014

MARTI, M.E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MOURA, J.E.A.; CAMPOS, K.C. Assimetrias no desenvolvimento rural: uma análise para o Matopiba brasileiro. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 63, jul-set, 2022. Disponível em <http://dx.doi.org/10.38116/ppp63art6> Acesso em 05 mar. 2026.

NEPOMOCENO, T. A. R.; CARNIATTO, I. A nova fronteira agrícola do Brasil: um ensaio teórico sobre a insustentabilidade na região do Matopiba. **Revista Cerrados** (Unimontes), v. 20, n. 01, p. 95-119, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.46551/rc24482692202205> Acesso em 19 mar. 2026.

PITTA, F.T.; BOECHAT, C.A.; MENDONÇA, M.L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, pp. 155-179, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n2.p155> Acesso em 09 mar. 2026.

SANTOS, M. E.; VILLATORO, P. A Multidimensional Poverty Index for Latin America” **Review of Income and Wealth** v. 64, n. 1, 2018 Disponível em <https://doi.org/10.1111/roiw.12275> Acesso em 07 fev. 2026.

SAWAYA, A. L.; SOLYMOS, G. M. B.; FLORENCIO, T. M. M. T.; MARTINS, P. A. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Estud. Av.** [online], Ago 2003, v.17, n.48, p.21-44, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200003> Acesso em 10 jan. 2026.

SEN, A. K.; KLKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, A. A.; LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. Green Grabbing in the Matopiba agricultural frontier. **IDS Bulletin**. v. 54, n. 01, p. 57-72, 2023

SILVA, A.M.R.; NEDER; H.D. O conceito de pobreza na abordagem das necessidades humanas. **Economia e Sociedade**, v. 34, n. 1, 2025. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2025v34n1.207234> Acesso em 27 jan. 2026.

SILVA, P.R.; VIANNA, J.N.S. A Região de MATOPIBA (Brasil) e o Nexus Água-Energia-Alimentos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, p. 338-353, jan/jun, 2022 Disponível em <https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.78325> e-ISSN 2176-9109 Acesso em 03 mar. 2026.

ZHOU, L. O Século de Humilhação e a sua influência na construção da identidade nacional da China. **E-Revista de Estudos Interculturais**, v. 1, n. 9, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.34630/erei.v1i9.4170> Acesso em 12 fev. 2026.

Agradecimentos: O autor agradece ao Professor Doutor Eduardo von Dentz, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Professora Doutora Lisandra Pereira Lamoso, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelas contribuições para este estudo.

AUTOR**Carlos Dias Chaym**

Neto de refugiados sírios e filho de pais nordestinos que foram tentar a vida em São Paulo, cidade onde nasceu e nutre uma profunda admiração (apesar de ser cearense por opção). Sempre que pode, explora o Brasil e o mundo como mochileiro buscando ganhar espacialidades e enriquecer seu repertório sociocultural, por vezes fazendo trabalhos voluntários. No que se refere à formação acadêmica, possui doutorado (2021), mestrado (2017) e bacharelado (2014) em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e licenciatura plena com distinção Magna Cum Laude em Geografia (2024) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), além de especialização em Didática do Ensino Superior (2022) pela Universidade Nilton Lins. Sua tese de doutorado foi reconhecida como o trabalho seminal da área de Administração sobre Economia Azul no Brasil. Atualmente é professor do eixo Gestão e Negócios no campus Pedro II do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI/PI) onde, além de lecionar, tem desenvolvido pesquisas sobre a relação Brasil-China. É representante eleito do Ceará no Grupo de Apoio à Mobilização do Nordeste (GAM/NE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) para a Década da Ciência Oceânica. Idealizador do Projeto Paz/Ciência, que promove atividades de pesquisa e extensão voltadas para a Sustentabilidade e Educação, dentre outras áreas, consolidando atuação no tripé ensino/pesquisa/extensão universitária. Avaliador de periódicos científicos e eventos, como o Academy of Management.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8685-4650> .

E-mail: carlosdiaschaym@gmail.com